


Unidades lexicais do patrimônio urbano moderno: uma análise a partir dos dossiês de candidatura de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre


Jéssica Gomes da Silva

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal

 <https://orcid.org/0000-0001-7897-8365>
E-mail: jessica.arq3@gmail.com

Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal

 <https://orcid.org/0000-0003-3248-4399>
E-mail: ana@unb.br

Resumo: Brasília, Tel-Aviv e Le Havre são três conjuntos urbanos modernos reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Seus dossiês de candidatura, documentos fundamentais para a identificação e valoração dos bens, trazem, além das informações essenciais, discussões acerca do campo do patrimônio e da preservação. Esse debate pode ser levantado a partir de um conjunto de termos especializados que compõe o que se chama de unidades lexicais relacionadas às práticas de preservação, ou seja, os significados e interpretações dessas palavras que são próprias a esse campo de conhecimento. Dessa forma, o que se pretende neste artigo, partindo de uma análise dos dossiês das três cidades, é destacar as terminologias especializadas que aparecem nesses documentos nas línguas em que foram escritos: português, inglês e francês. Busca-se, na verdade, levantar possíveis leituras dos termos e de suas traduções, de forma a avançar na comparação dos processos de reconhecimento de conjuntos urbanos modernos.

Palavras-chave: Brasília; Tel-Aviv; Le Havre; Unidades lexicais; Tradução; Patrimônio moderno.

Lexical units of modern urban heritage: an analysis based on the candidacy dossiers from Brasília, Tel-Aviv and Le Havre

Abstract: Brasilia, Tel-Aviv and Le Havre are three modern urban complexes recognized by UNESCO as World Heritage Sites. Their application dossiers, fundamental documents for the identification and valuation of the assets, bring, in addition to essential information, discussions about the field of heritage and preservation. This debate can be raised from a set of specialized terms that make up what are called lexical units related to preservation practices, that is, the meanings and interpretations of these words that are specific to this field of knowledge. The aim of this article, based on an analysis of the dossiers of the three cities, is to highlight the specialized terminologies that appear in these documents in the languages in which they were written: Portuguese, English, and French. In fact, the aim is to raise possible readings of the terms and their translations, in order to advance in the comparison of the processes of recognition of modern urban ensembles.

Keywords: Brasilia; Tel-Aviv; Le Havre; Lexical units; Translation; Modern heritage.

Texto recebido em: 13/09/2021

Texto aprovado em: 23/11/2021

Introdução¹

O ato de preservar um bem cultural implica em um conjunto de ações para a sua salvaguarda. Em linhas gerais, essa proteção tem por premissa o amparo em definições técnicas cujas origens remetem a postulados teóricos, cartas patrimoniais e estudos clássicos sobre o patrimônio cultural. Ao longo do tempo, as teorias acerca do campo da preservação foram se construindo, acompanhando as transformações pelas quais a sociedade passou. Essa construção partiu da acepção mais básica de monumento, associado por Françoise Choay ao ato de lembrar (CHOAY, 2001), até as concepções atuais condicionando o termo patrimônio muitas vezes a um bem listado internacionalmente e tombado ou registrado nacionalmente.

Atualmente, pesquisadores, teóricos e restauradores se deparam com um conjunto de termos da preservação associados ao campo teórico ou prático, contemplando do patrimônio imaterial às grandes construções materiais. A contar das primeiras concepções dos vocábulos, é possível identificar que progressivamente essas palavras ganham mais especificidade, no sentido de existirem termos mais exatos para cada intervenção e para os diferentes tipos de listagens e inscrições de bens.

Diante da possibilidade de discussão do conjunto de terminologias ligadas ao patrimônio é que este artigo se delinea. Busca-se, portanto, discutir o que se chamam aqui de unidades lexicais do patrimônio, através de exemplos concretos que podem ser identificados na documentação de candidatura a patrimônio urbano moderno de três cidades: Brasília, Tel-Aviv e Le Havre. Segundo o dicionário Houaiss, o termo léxico é definido como:

3. Obra de compilação (em maior ou menor extensão) do repertório de vocábulos de uma língua, registrados com suas definições e relacionados segundo alguns critérios, dentre os quais se inclui a ordem alfabética; 4. O repertório total de palavras existentes numa determinada língua (HOUAISS, 2001, p. 1750).

Dessa acepção mais “primitiva” se delimita o escopo deste artigo. Assim, as unidades lexicais do patrimônio surgem da ideia de estudar as palavras que compõem o campo do patrimônio e da preservação. Complementando esse entendimento do significado de léxico, tem-se:

o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. Por outro lado, o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta

de uma operação perceptiva e cognitiva. Assim, no aparato linguístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento, sob o rótulo sintético de palavras - os signos linguísticos (BIDERMAN, 1996, p. 27-28).

Essa explicação de Biderman se aplica ao que se pretende ver neste artigo, que busca destacar aspectos perceptivos e cognitivos das palavras, que serão chamados de unidades lexicais, ou termos ou ainda terminologias. Entende-se que para o campo de estudos do léxico, essas palavras não necessariamente significam sinônimos, mas serão utilizadas como forma de identificação dos significados técnicos dos vocábulos que serão discutidos. Porém, de maneira preliminar, tem-se que terminologia “tanto pode significar os termos técnico-científicos, representando o conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica, quanto o campo de estudos” (KRIEGER; FINATTO, 2004). E o termo pode ser “compreendido enquanto unidade de conhecimento, unidade de compreensão ou de significação especializada” (KRIEGER, 2001, p. 116). É nessa acepção, portanto, que o artigo usa “termos especializados” e “terminologia especializada” ao se referir às unidades lexicais objetos da análise.

Dessa forma, não há a pretensão de aprofundamento nas origens ou formação das palavras, mas exatamente ver quais são seus significados dentro dos dossiês de candidatura. A partir desse repertório de palavras de uma língua e de seu conjunto significante, de antemão entende-se que a prática de preservação possui terminologia própria e que, diante dessa complexidade, aqui se adota a postura de abordar apenas algumas definições.

O ponto de partida é a identificação de um conjunto de termos em três diferentes línguas – português, inglês e francês, gerando discussões acerca de seus significados e correspondências, não apenas ao serem comparadas as cidades de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre, mas a partir da percepção de diferentes abordagens. Em paralelo a isso, é preciso ver como a terminologia associada à preservação tem seus aportes construídos através das cartas patrimoniais, declarações e documentos. O objetivo, portanto, é ver como os conceitos ligados ao patrimônio são destacados pelos dossiês de candidatura das cidades e como podem ser lidos à luz das interpretações das cartas patrimoniais e documentos acerca desse tema.

Para estruturar este artigo, primeiramente destaca-se o aporte teórico acerca da documentação do patrimônio moderno observando a consolidação dessa discussão. Em uma segunda etapa, os dossiês de candidatura de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre funcionam como fontes e base para a seleção dos termos da preservação,

quais sejam: autenticidade, integridade, proteção, conservação, preservação, reconstrução, restauração, renovação, intervenção, reabilitação e reestruturação. Esses termos representam palavras de maior ocorrência nos três dossiês de candidatura e, principalmente, são vocábulos caros ao campo do patrimônio e da preservação.

De modo simultâneo, o conjunto de documentos formado pelas cartas patrimoniais e convenções da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é chamado ao debate por representar certos consensos mundiais acerca das acepções dessas palavras. Foram selecionados os seguintes documentos da UNESCO²: *Carta de Veneza* (1964), *Carta de Burra*³ (1980 e 1999), *Carta do Restauro* (1972), *Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*⁴ (2019) e a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural* (1972). Para finalizar, são apresentadas as considerações finais. Dessa forma, espera-se contribuir para a interpretação e aplicação dos termos especializados associados às práticas de preservação em conjuntos urbanos modernos.

Construindo consensos ou novas percepções

A construção de consensos associados ao campo do patrimônio e da preservação tem aportes em amplos debates acerca dos conceitos e das práticas de preservação, além de envolver atores e agentes que conduzem esse processo na esfera mundial. Para realizar a discussão que se pretende, antes de propriamente destacar os termos especializados que constam nos dossiês de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre, é necessário retomar brevemente as origens desse debate, não no sentido de entender a etimologia das palavras, mas de perceber como foram formados alguns consensos acerca da terminologia do patrimônio mundial. Assim, é preciso identificar o papel da UNESCO como mediadora nas ações do patrimônio.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, enquanto a principal entidade a promover a salvaguarda do patrimônio mundial, tem o papel de “incentivar a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural em todo o mundo, considerado de valor excepcional para a humanidade” (UNESCO, 2021. Tradução nossa)⁵. A organização, como gestora maior, trabalha nessa função de incentivar a preservação através de cartas patrimoniais, declarações e convenções. Essa documentação apresenta conceitos e

diretrizes de preservação para os países signatários da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, de 1972. Apesar dos textos funcionarem como balizadores para a salvaguarda do patrimônio, não existe caráter impositivo, mas antes propositivo.

A UNESCO, ao lidar com o patrimônio mundial, tem como premissa o acolhimento das diferentes culturas, povos e línguas. São seis idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, russo, árabe e chinês. Além dessas línguas, é cada vez mais comum encontrar os documentos da organização também em outros idiomas, como o português. Em meio ao cenário multilíngue, certamente existem desafios no momento da edição e tradução dos documentos. Um exemplo, segundo o *Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial* (UNESCO, 2019), é a obrigatoriedade de que os dossiês de candidatura para as listas do patrimônio sejam submetidos em inglês ou francês. Lembrando que a sede da entidade está localizada em Paris, na França.

Além do aspecto prático no que concerne à comunicação entre os países e o processo de inscrição individual de um bem, é preciso considerar as discussões teóricas e metodológicas envolvidas na construção dos documentos que, de maneira resumida, contam com a concordância ou não dos países signatários da convenção da UNESCO. Nesse campo da construção do conhecimento e conseqüente geração de conceitos e diretrizes, é fundamental considerar as transformações na sociedade. Por mais que exista um arcabouço teórico e metodológico já consolidado no campo do patrimônio, é imperativo ver como a passagem do tempo acaba por gerar transformações nos significados e interpretações. No campo de estudo das terminologias Krieger chama a atenção para a importância de ver como “as comunicações especializadas não estão isentas das marcas sócio-históricas que afetam a construção do conhecimento” (KRIEGER, 2001, p. 127). Um exemplo, que será objeto de atenção na próxima parte do artigo, é a diferença entre os dossiês de candidatura das três cidades que serão analisadas. Brasília foi reconhecida como patrimônio mundial em 1987, Tel-Aviv, em 2003, e Le Havre, em 2005.

É preciso acompanhar essas mudanças, como afirma Danilo Matoso:

No caso de bens edificados, muitos dos conceitos e regulamentos já sedimentados pelos organismos de preservação dizem respeito a edifícios construídos com base em técnicas, materiais e conceitos pré-industriais. De fato, as antiguidades gregas, romanas, medievais, renascentistas e barrocas – embora pertencentes a épocas e a sociedades distintas – têm em comum entre si o processo artesanal

de produção, os materiais e técnicas milenares de construção e mesmo a permanência de alguns elementos compositivos – como capitéis e embasamentos, por exemplo. Com vistas à preservação deste valiosíssimo acervo, alguns conceitos universais foram desenvolvidos de modo a balizar as ações sobre ele praticadas (MATOSO, 2008).

O que Matoso coloca colabora com a ideia de que o campo teórico da preservação acompanha as modificações culturais e conseqüentemente a valoração do que é considerado patrimônio. Outro aspecto a ser levantado de suas considerações corresponde ao lugar da arquitetura pós-industrial na preservação, incluindo a arquitetura moderna. Considerando que essa arquitetura se inseriu em um ambiente onde a industrialização permitiu novos usos de materiais, experimentações de formas e composições e a própria pré-fabricação, o que se pode depreender daquele momento é a dificuldade de assimilar e conseqüentemente preservar essas novas expressões.

Nesse campo, Susan Macdonald (2009) concentra suas pesquisas nos desafios que são postos para a preservação da arquitetura moderna. Outros autores também como Theodore Prudon (2008) e Andrew Saint (1996) entram em campo com a intenção de lançar luz sobre a necessidade primeiro de compreensão do que se propunham as construções do moderno, para depois obter como resultado a sua preservação. Através desses escritos, esses autores avançam em discussões que tangenciam o alargamento das acepções ligadas ao patrimônio. Exemplificando essa questão, podem ser citados dois exemplos, os termos autenticidade e integridade.

Esses dois termos são discutidos antes dos demais por representarem condicionantes obrigatórios para a identificação da excepcionalidade do bem a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Além disso, são vocábulos basilares para as discussões de preservação ao demonstrarem em sua complexidade o alargamento das questões de preservação, sobretudo em relação à arquitetura moderna. Flaviana Lira (2009) traz em sua tese as origens desses termos e enfatiza, principalmente quanto ao termo autenticidade, as alterações ao longo do tempo e o processo de ruptura atrelado à modernidade. Essa intrincada discussão nos leva a adotar determinadas abordagens que são aqui apresentadas. A adoção das cartas patrimoniais e de alguns autores, que auxiliam na explicação de cada termo da preservação, demonstra uma visão específica, não impedindo outras análises possíveis.

Para Herb Stovel, a autenticidade corresponde à “medida do grau em que os valores de uma propriedade patrimonial podem ser entendidos como verdadeiros, genuínos e confiáveis, expressa pelos atributos que carregam os valores” (STOVEL, 2004, p. 3. Tradução nossa)⁶. Paula Silva sintetiza esse conceito ao ver como dois pilares “o valor atribuído ao patrimônio, e a credibilidade e a veracidade das fontes de informação com relação às características e significados do edifício na sua versão original e como se transformou ao longo dos anos” (SILVA, 2012, p. 33). No âmbito da UNESCO, o guia operacional traz:

A capacidade de compreender o valor atribuído ao patrimônio depende do grau de credibilidade ou de veracidade que se pode conferir às fontes de informação relativas a esse valor. O conhecimento e a compreensão dessas fontes de informação, no que toca às características originais e subsequentes do patrimônio cultural, e ao seu significado acumulado ao longo do tempo, constituem as bases necessárias para avaliar todos os aspectos da autenticidade (UNESCO, 2019, p. 30).

Dentro dessa argumentação sobre a autenticidade seria possível levantar controvérsias, sobretudo ao trazer como referência a arquitetura moderna. Um exemplo seria o Pavilhão de Barcelona, de Mies Van Der Rohe. O edifício, que foi erguido para a Feira Mundial em Barcelona em 1929, foi desmontado após a exposição e posteriormente reconstruído na década de 1980. Esse exemplo, claramente reconhecido como uma obra da arquitetura moderna, poderia gerar questionamentos acerca de sua autenticidade, pelo fato de ter sido reconstruído. E assim também outras obras arquitetônicas se encaixariam na mesma questão. Essa discussão sobre a autenticidade, um tanto quanto complexa, será retomada na próxima parte do artigo⁷.

Colocando o outro exemplo pretendido, o vocábulo integridade tem sua conceituação associada à completude de uma obra, representada pelo caráter de algo intacto, permitindo que a significância seja transmitida (SILVA, 2012). Complementando os critérios a serem observados para aferir o quanto um bem é íntegro, o guia da UNESCO coloca:

Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examine em que medida o bem: a) inclui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excepcional; b) é de dimensão adequada para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; c) padece dos efeitos adversos do desenvolvimento e/ou da negligência (UNESCO, 2019, p. 31).

Aproximando-se de uma argumentação teórica acerca da arquitetura moderna, uma das características primárias é a busca pela imagem do novo. Essa necessidade de manter o valor de novidade, almejando esconder as marcas do tempo e da pátina, leva a discussões que envolvem a substituição de materiais e a necessidade de constante manutenção, além de destacar o valor estético em detrimento do valor de antiguidade, por exemplo. A integridade entra nesse debate ao emergir a percepção de que, para a arquitetura moderna, algo íntegro demandaria apreciação mais rígida do que para outras arquiteturas do passado. Isso ocorre pelo fato de que, para ser considerada íntegra, seria preciso a “aparência” de nova, dependendo de mais manutenção. Entra nesse argumento também o aspecto funcional, em que muitas vezes a necessidade de novos usos para os espaços terminam por “perturbar” a integridade do lugar.

Esses dois exemplos brevemente expostos, da autenticidade e da integridade, apontam de início para a complexidade das discussões envolvendo o que se chama de unidades lexicais do patrimônio. Ao trazer essas duas amostras acaba-se por tangenciar outros termos ligados ao campo do patrimônio: reconstrução, valoração, pátina, substituição de materiais e manutenção. Essas são ações associadas diretamente às práticas de intervenção no patrimônio e se mostram integradas, no sentido de se perceber a impossibilidade de discutir cada conceito separadamente. Na seguinte parte serão destacados os dossiês, e a partir deles se espera entender, na prática, como a aplicação das terminologias ligadas ao campo do patrimônio e da preservação pode ser lida e interpretada a depender do idioma e das intenções contidas em cada dossiê. Como a proposta é trazer um único debate, os dossiês não são observados isoladamente, a ideia é que sejam chamados à discussão de forma conjunta, a fim de se construir um argumento comparativo.

Leitura, interpretação e aplicação dos termos relativos à preservação nos dossiês de candidatura

Brasília, Tel-Aviv e Le Havre são três conjuntos urbanos erguidos sob influências da arquitetura moderna. Eles têm em comum o título de patrimônio mundial conferido pela UNESCO em 1987, 2003 e 2005, respectivamente. Para este artigo há o interesse em identificar como as unidades lexicais do patrimônio são empregadas nos dossiês de candidatura. Brevemente é preciso destacar que os

dossiês são documentos enviados à UNESCO como peças fundamentais para a inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial. Através desse escrito, o país apresenta os argumentos favoráveis à inscrição e as características e informações basilares para a sua aprovação.

Os dossiês são editados com base no Guia de *Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Esse guia teve a primeira versão em 1977 e, desde então, vem sendo alterado periodicamente para refletir as mudanças acerca dos consensos associados às práticas de preservação. Em resumo, o guia apresenta as diretrizes e os critérios para a inscrição de um bem como patrimônio. Ele traz uma lista de exigências a serem preenchidas e que serão apresentadas no formato de documento único que é o dossiê de candidatura (UNESCO, 2019). Além disso, outro documento fundamental é a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, de 1972. Ela é um dos principais registros da UNESCO e funciona como norte para as ações da entidade, não apenas no reconhecimento dos bens, também trazendo itens sobre o funcionamento da organização e informações gerais para salvaguarda do patrimônio mundial (UNESCO, 1972).

Após essa curta explicação do funcionamento da listagem de bens a patrimônio mundial, é possível se aproximar dos dossiês de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre. Brasília foi o primeiro conjunto urbano moderno inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1987 pelos parâmetros do guia de diretrizes de 1984. A segunda cidade foi Tel-Aviv, em 2003, segundo o guia de 1999. E Le Havre foi inscrita em 2005, sob o guia de diretrizes de 2002. Considerando o momento de candidatura de cada uma, é importante ressaltar que 16 anos separam Brasília de Tel-Aviv e apenas 2 anos dessa e Le Havre. Isso demonstra que alguns conceitos vistos nos documentos ganharam alterações em sua interpretação.

Também é preciso considerar que na década de 1980, momento da inscrição de Brasília, ainda se discutia a atribuição de valor à arquitetura moderna. Muito desse argumento era baseado na premissa do necessário afastamento temporal para a valoração e o reconhecimento de um bem. No que tange ao processo de patrimonialização de Brasília, essas considerações estiveram presentes, demonstrando que os entendimentos ainda estavam se formando acerca de sua preservação. Para Tel-Aviv e Le Havre é possível ver consensos já formados, mas que ainda hoje continuam em discussão. Os textos de Macdonald (2009), Prudon

(2008) e Saint (1996) enfatizam essas questões e afirmam ser esse um desafio enfrentado atualmente para o reconhecimento e a preservação do moderno.

O dossiê de Brasília é um documento que responde de maneira sucinta aos itens pedidos pela UNESCO. Oficialmente ele foi enviado na língua francesa, mas, por meio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), é possível encontrar a versão em português. O processo atento de leitura do dossiê nos dois idiomas traz o destaque para três palavras-chave: conservação, preservação e proteção, além de variações. Observando essas mesmas referências no dossiê em língua francesa é possível verificar, por vezes, a tradução de preservação como *protection*. Como exemplo, a Área de Interesse Especial de Preservação se tornou *Zone d'Intérêt Spécial de Protection*.

Trazendo a interpretação dessas terminologias, a *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964) permite o entendimento de que a conservação se ampara nos cuidados destinados ao bem, no sentido de privilegiar a salvaguarda, e ainda favorecer a destinação de função útil para a sociedade. Quanto à preservação, a *Carta de Veneza* não traz discussões específicas sobre esse termo, mas o guia de diretrizes explica que ele se aproxima de ações efetivas para proteger o bem, por meio de medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras (UNESCO, 2019).

Para complementar essa visão, a *Carta de Burra*, aprovada exclusivamente pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) Austrália, traz as seguintes definições: “O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significância cultural” (AUSTRALIA ICOMOS, 1980, p. 1). E por preservação se entende: “a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada” (AUSTRALIA ICOMOS, 1980, p. 1). Já o termo proteção se aproxima de uma definição ampla, no sentido geral de cuidado, zelo. Essa definição não foi encontrada expressa nas cartas patrimoniais consultadas, mas é possível uma interpretação que vem da Convenção de 1972:

Para fins da presente Convenção, deverá entender-se por proteção internacional do patrimônio mundial, cultural e natural a criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que vise auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que dispendem para preservar e identificar o referido patrimônio (UNESCO, 1972).

O documento não aponta um significado preciso, mas permite entender que seria um termo “guarda-chuva”, funcionando como prática ampla da qual se originariam a preservação, a identificação e outros vocábulos. Como estamos discutindo terminologias fundamentais para o campo da preservação, cabe nesse momento ver o rebatimento desses termos em francês e em inglês. A *Charte de Burra* (AUSTRALIA ICOMOS, 1999a, p. 3) explica a conservation como “l’ensemble de processus qui permettent de traiter un lieu ou un bien patrimonial afin de lui maintenir un valeur culturelle”. E a *The Burra Charter* (AUSTRALIA ICOMOS, 1999b, p. 2) coloca: “conservation means all the processes of looking after a place so as to retain its cultural significance.” As cartas de 1999 trazem os termos “processus” e “processes”, enquanto a carta de 1980, coloca o vocábulo “cuidado”. Observando os sentidos desses termos, cuidar tem caráter mais amplo do que um conjunto de processos. Segundo o dicionário Houaiss (2001), o processo seria uma ação continuada e até prolongada, portanto, se entende algo mais específico do que a ação de cuidar, implicando esta em algo mais geral.

No que diz respeito ao termo preservação, a carta em francês traz que “la préservation consiste à maintenir la matière d’un lieu ou d’un bien dans l’état actuel et à freiner la dégradation” (AUSTRALIA ICOMOS, 1999a, p. 4). Passando para o inglês: “Preservation means maintaining the fabric of a place in its existing state and retarding deterioration” (AUSTRALIA ICOMOS, 1999b, p. 2). Nesse caso, as três versões guardam diferenças pelo uso dos termos “substância”, na versão em português, e nas versões em inglês e francês, os vocábulos “lugar” e “estado de existência”. Evidentemente, essas interpretações poderiam trazer a discussão sobre a materialidade dos lugares, algo que pode ser acompanhado no texto de Susan Macdonald (2009), mas que nesse momento não será discutido.

Para a cidade brasileira esses conceitos de preservação, proteção e conservação podem ser entendidos de maneira aproximada identificando algumas “sutilezas” como no trecho que afirma “É a área de preservação periférica [Área de Interesse de Preservação] desse conjunto, [onde] as medidas de proteção são mais flexíveis” (UNESCO, 1986). A preservação pode ser interpretada no sentido de manter o bem, enquanto a proteção está atrelada a algo mais geral, porém cabe destacar que esse termo, por vezes, é associado a medidas legais. Márcia Sant’Anna (2015) traz como referência o “sistema de proteção” que consta da Convenção de 1972, o que reforçaria essa ideia associada ao aparato legal. O aporte para essa questão envolvendo possíveis interpretações para conservação, preservação e

proteção foi trazido pelo dossiê Brasília, agora cabe ver como foram apropriados não só pela capital brasileira, mas por Tel-Aviv e Le Havre.

O dossiê Tel-Aviv foi escrito em inglês. Diferentemente do dossiê Brasília, o documento israelense não permite considerar conservação, preservação e proteção como palavras-chave. A justificativa disso se dá pela concentração apenas em partes específicas do texto, principalmente na abordagem da gestão do sítio e ao apresentar “o presente estado de preservação”. Ao mencionar as políticas e programas de preservação há o seguinte:

It is the city's policy to expose the public to prominent buildings in central areas, as well as to encourage and cultivate *protected* districts with streets that harbor a rich continuum of *preserved* buildings exemplifying a homogenic architecture, typical of the period. *Conservation* areas are secured by regulations beyond those applying to individual buildings (UNESCO, 2002, p. 118. Grifo nosso).

Novamente esses termos parecem ser utilizados como sinônimos, mas é possível compreender por “protected” uma concepção ampla, principalmente ao citar os distritos de maneira geral, sem especificar partes onde incidiriam leis. Já “conservation” é referenciada com relação às áreas em que há algum regulamento, ou seja, apresenta relação com cuidados específicos para o espaço. E quanto ao termo “preserved”, permite-se entender que se refere aos edifícios listados como patrimônio, o que é condizente com a inscrição da Cidade Branca de Tel-Aviv como grupo de edifícios. Nesse caso, pode-se afirmar que a palavra proteção ganha sentido mais geral, e a preservação algo mais específico.

Para Le Havre, a lógica se apresenta parecida com o que pode ser aferido para Tel-Aviv. “Préservation” e “conservation” são palavras utilizadas para explicar o estado de conservação do bem, um dos itens de preenchimento obrigatório do dossiê. Assim, estão atreladas à matéria, como ao referenciar o “bon état de conservation” do concreto ou a necessidade de “préservier les caractéristiques architecturales du patrimoine” (UNESCO, 2003, p. 108-109). No dossiê francês, “protection” aparece como conceito “guarda-chuva” e associado às medidas legais – “mesures de protection”, similar ao que foi colocado por Márcia Sant’Anna (2015).

Também é possível observar a sua incidência ao lado do termo atribuição de valor (“mise en valeur”), como em “la ZPPAUP [Zona de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico] est une réponse globale aux multiples

questions de protection et de mise en valeur du patrimoine” (UNESCO, 2003, p. 119). Isso remete à ideia de que se protege o que se atribui valor. Explicando melhor, Sant’Anna coloca que “[o processo de patrimonialização] tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade.” (SANT’ANNA, 2015)

O dossiê Le Havre traz ainda conceitos específicos relacionados à condição de cidade reconstruída após a Segunda Guerra Mundial. Sem dúvidas, “reconstruction” é uma palavra-chave, além de “restauration, ravalement (facelift ou renovação de fachada), intervention, réhabilitation, restructuration”. Antes de verificar a incidência de conceitos mais específicos, é preciso ver o termo intervenção no sentido de:

toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência do bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade (IPHAN, 2010).

Entende-se, portanto, uma ação ampla e que abarca outras atividades específicas, como as citadas anteriormente. A reconstrução, do ponto de vista do campo do patrimônio, a princípio, é refutada pela *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964). Avançando, em termos temporais, mas talvez retrocedendo ao considerar a amplitude no significado desse termo, a *Carta de Burra* (AUSTRALIA ICOMOS, 1999b, p. 2. Tradução nossa⁸) distingue: “Reconstrução significa retornar um lugar a um estado anterior conhecido e se distingue da restauração pela introdução de novos materiais.” Do ponto de vista dessas explicações, poderia se afirmar que a intervenção realizada em Le Havre não responderia a esses critérios, por não retomar a cidade destruída pela guerra que guardava características do século XVI. Essa é uma interpretação possível, mas, certamente, há controvérsias quanto ao termo mais adequado a ser aplicado para essa ação efetuada.

No dossiê francês há um trecho que aparenta ser justificativa para que a cidade seja abarcada dentro do contexto da reconstrução:

A reconstrução de Le Havre tenta conciliar o planejamento urbano moderno e as tradições seculares da urbanidade. A produção do novo tecido é feita aqui com referência ao território virtual que cresceu, bairro após bairro, ao longo dos quatro séculos que

antecederam a destruição do centro da cidade em setembro de 1944 (UNESCO, 2003, p. 13. Tradução nossa)⁹.

Essa explicação se apoia na ideia de que o projeto de Auguste Perret preservou as linhas gerais do planejamento urbano da cidade. O tema da reconstrução é algo que ainda pode ser melhor discutido, ao considerar que esse debate ainda está em aberto. Tanto Le Havre, que trouxe referências modernas no lugar da arquitetura do século XVI, quanto Varsóvia, reconstruída recriando a cidade antiga, foram reconhecidas como patrimônio mundial pela UNESCO. Nesse aspecto se questionam os significados por trás da ação de reconstruir.

Outro termo que merece destaque é o da restauração. O dossiê Le Havre o coloca no sentido da restituição a um aspecto original. Sem maiores explicações nesse documento, esse conceito parece se aproximar do que é proposto pela *Carta de Burra* (AUSTRALIA ICOMOS, 1999b, p. 2. Tradução nossa¹⁰), trazendo como referência para o restauro a ideia de “retornar um bem a um estado anterior conhecido, removendo acréscimos ou remontando elementos existentes sem a introdução de novos materiais”. É importante ressaltar que, apesar da possível aproximação entre o entendimento do dossiê com a *Carta de Burra*, essa carta apresenta imprecisões, pois os termos restauração e reconstrução, em quaisquer das três línguas, trazem praticamente a mesma definição. De maneira geral, essa visão de restauro permite a percepção de que seria a busca por um estado “original” da obra, terminando por apagar marcas históricas. Segundo Beatriz Kühl (2008), pesa, nesse sentido, o valor estético em detrimento do histórico. Além disso, ela acrescenta:

Restaurar é respeitar plenamente qualquer obra reconhecida como bem a tutelar, em suas várias estratificações e em seu transcurso ao longo do tempo, independente da maior ou menor apreciação pelo seu valor ‘artístico’, algo reiterado na Carta de Veneza, de 1964 (KÜHL, 2008, p. 64).

A *Carta de Veneza* considera que as contribuições de todas as épocas são válidas, não sendo finalidade da restauração manter a unidade de estilo (ICOMOS, 1964). Essas colocações sobre a restauração representam possíveis leituras decorrentes do dossiê Le Havre, mas ao não avançar claramente nesse tema, não seria correto inferir qual corrente de pensamento foi utilizada. Essa mesma discussão poderia ser tecida para Tel-Aviv. O dossiê coloca que no caso das varandas das edificações dentro do perímetro preservado essas “deveriam retornar

ao seu estado original” (UNESCO, 2002). Apesar dessa passagem específica não citar o vocábulo restauração é possível depreender essa intervenção. Além disso, esse termo poderia ser considerado palavra-chave ao justificar o “bom” estado de conservação das edificações, também servindo de justificativa para a avaliação sobre a autenticidade do bem.

Em se tratando do dossiê Brasília, a restauração aparece apenas como forma de explicar como foram empregados “os meios financeiros para a conservação do acervo histórico, natural, cultural e urbano do Distrito Federal” (UNESCO, 1986). Isso se refere a obras de arquitetura, como as do Catetinho e da Igreja de São José Operário, na Candangolândia. Não há qualquer outra menção a ações de intervenção. Isso talvez se justifique pela curta distância temporal entre a construção da cidade e o seu reconhecimento como patrimônio. Ou ainda por não existirem medidas efetivas para a salvaguarda da capital, das quais decorreriam ações mais precisas de conservação.

O dossiê Tel-Aviv além de trazer o termo “restoration” associado às edificações, apresenta referências ao conceito de “renovation” dos “boulevards” localizados ao redor das áreas de conservação. No caso da renovação pode-se perceber a questão associada à adaptação para novos usos atrelada à noção de funcionalismo, como afirma Macdonald (2009), importante característica da Arquitetura Moderna, mas que certamente impõe desafios para preservação. Outro vocábulo que permite interpretação específica é “rehabilitation”, apresentado ao longo do dossiê tanto para a arquitetura, quanto para o urbanismo. O termo é mencionado na Convenção de 1972 da Unesco, porém sem mais explicações. Também nas cartas patrimoniais consultadas não foi identificada uma interpretação específica. Mas pode esse conceito ser entendido através de “um significado social: trata-se de dar, uma vez mais, o ‘direito de cidade’ a um bairro ou a um imóvel” (BOURDIN, 1984, p. 30). Esse significado social muitas vezes pode ser interpretado como a busca por melhor qualidade de vida, trazendo intervenções no ambiente urbano e arquitetônico focadas na população local.

Uma contribuição sobre o vocábulo reabilitação vem de Marcelo Antônio Sotratti (2015), ao ver esse termo como sinônimo de revitalização, sendo “estratégia de valorização de áreas dotadas de patrimônio cultural que passam por processos degradativos”. É preciso destacar que enquanto Bourdin foca nas necessidades e valorização da população local, Sotratti se aproxima da ideia de revitalização associada ao turismo e às atividades econômicas. Além disso, esse último autor

contribui à interpretação dessa palavra em outras línguas ao ver “diferentes denominações idiomáticas: ‘gentrification’, no Reino Unido; ‘rehabilitation / refurbishment’ e ‘renovation’, nos EUA; ‘réhabilitation’, na França; ‘rehabilitación’, na Espanha” (SOTRATTI, 2015).

Vale destacar que ao colocar “réhabilitation” (França) e “gentrification” (Reino Unido) como tradução comum para reabilitação, Sotratti parece ir de encontro à afirmação de Bourdin, ao manter o foco na questão social. O termo gentrificação merece ser melhor explicado no escopo de outro artigo. Nesse momento, chama-se a atenção apenas para a possibilidade de diferentes leituras do termo reabilitação e suas traduções.

O dossiê Le Havre explica que a “réhabilitation immobilière” seguia a proposta de efetuar “melhoramentos” para conferir conforto, salubridade, condições de adaptabilidade para pessoas portadoras de deficiência, também economia de energia e a possibilidade de isolamento acústico (UNESCO, 2003). Nesse sentido, essa colocação se aproxima do que Bourdin colocou em 1984. Ainda nesse dossiê, podem ser discutidos alguns termos anteriormente citados. Por “ravalement” (“facelift” ou renovação de fachada) entende-se uma ação associada ao cuidado com as fachadas, e no dossiê frequentemente aparece ao lado de “restauration”. Porém deve-se considerar que o nível de intervenção se apresenta diferente, no sentido de que o processo restaurativo demanda um conjunto de ações mais invasivas no bem protegido, como se pode depreender da definição desse termo trazida por Kühl (2008) e pela *Carta de Veneza* (1964).

Ainda tendo por referência o dossiê Le Havre, o conceito de reestruturação é aplicado a pequenas partes do tecido urbano ou mesmo bairros. Segundo a *Carta do Restauro*, de 1972, a reestruturação urbana “tende a consolidar as relações do centro histórico e, eventualmente, a corrigi-las onde houver necessidade, com a estrutura territorial ou urbana com as quais forma unidade” (MIP, 1972, p. 17). Esse tipo de intervenção parece fazer sentido para a cidade francesa, principalmente na tentativa de unir as diferentes partes reconstruídas, ou mesmo o que subsistiu à Segunda Guerra Mundial.

A última discussão acerca das unidades lexicais do patrimônio traz uma abordagem do que foi previamente discutido na primeira parte deste artigo, sobre os conceitos de autenticidade e de integridade. Como foi visto, esses termos quase se confundem e isso se torna claro ao observar os documentos de Brasília, Tel-Aviv e

Le Havre. O dossiê Brasília não traz essa abordagem no corpo do texto, apesar de ser elemento obrigatório a ser apresentado para a UNESCO. É possível distinguir o que foi entendido por autenticidade e integridade através da descrição da cidade para o site da própria organização. Segundo essa descrição, Brasília poderia ser considerada autêntica pela manutenção dos elementos de arquitetura, urbanismo e paisagismo atrelados aos projetos de Lucio Costa e Oscar Niemeyer que respondem ao Movimento Moderno. São referenciados ainda elementos contidos no projeto, tais como as escalas, os dois eixos principais que se cruzam e a organização segundo um zoneamento preciso (UNESCO, 2021).

Esse olhar sobre a autenticidade se liga diretamente ao projeto e não tanto à realidade construída. Nesse caso, a explicação trazida anteriormente desse termo tanto por Stovel (2004), quanto por Silva (2012), aplica-se à Brasília, no sentido de perceber a cidade que foi construída e que hoje é reconhecida patrimônio mundial como uma transposição do projeto de Lucio Costa para o ambiente construído. Assim, seria verídica e genuína a sua expressão enquanto projeto de arquitetura moderna. A integridade do Conjunto Urbano de Brasília é atribuída ao caráter intacto dos “princípios orientadores originais”. Citando a única referência encontrada sobre essa discussão da cidade, no site da UNESCO, é levantada a questão de a capital ainda estar em desenvolvimento no momento da candidatura (entre 1985 e 1987), gerando pressões para a modificação de sua área central (UNESCO, 2021).

Avançando nessa mesma análise para Tel-Aviv, o fato dela ter sido reconhecida como grupo de edifícios e não como conjunto urbano, como Brasília e Le Havre, auxilia na percepção sobre a autenticidade e integridade. No entanto, para essa cidade, o dossiê une os conceitos, trazendo apenas o argumento voltado à autenticidade, subdividindo-o em autenticidade da ideia; da forma; da construção e dos detalhes; e materiais, tal como é apresentado pelo Programa de Patrimônio Moderno da UNESCO (SILVA, 2012). Apesar do documento explicar cada um dos “tipos” de autenticidade, as informações parecem se misturar, o que leva à consideração de que a complexidade desse conceito demanda uma análise mais precisa, e essa subdivisão termina por gerar, talvez, uma redundância, principalmente pela dificuldade de olhar partes isoladas do objeto em análise.

A última verificação sobre a autenticidade e a integridade se detém sobre o dossiê Le Havre, que une os dois conceitos nos moldes do que foi proposto por Stovel (2004), ao trazer a análise conjunta. Isso se diferencia do dossiê Tel-Aviv,

pois na antecessora da cidade francesa, o termo integridade não é utilizado. Para comprovar a “authenticité / intégrité” o dossiê de Le Havre, assim como o de Brasília, ampara-se na concepção de projeto de Auguste Perret, mas vai além ao mencionar os materiais, a questão da aparência, e a não “deterioração” do tecido urbano. Para reforçar essa ideia, o documento menciona os trabalhos de conservação e de restauração (UNESCO, 2003).

Outros termos poderiam ser destacados dos dossiês, e provavelmente outras interpretações também. Como foi mencionado anteriormente, ao discutirmos um conceito esbarramos em outros debates, o que leva à percepção de que lidar com a preservação de um bem, seja no aspecto teórico ou prático, implica em análises complexas, não se encerrando aqui essa discussão (Tabelas 1 e 2).

TABELA 1

Quadro resumo da relação entre os termos e os dossiês de candidatura de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre

Termo	Dossiê Brasília	Dossiê Tel-Aviv	Dossiê Le Havre
Autenticidade	Abordada apenas na descrição da cidade para o site da UNESCO. A autenticidade é associada à manutenção dos elementos dos projetos de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.	Divisão em autenticidade da ideia (<i>authenticity of the idea</i>), da forma (<i>authenticity of form</i>), da construção e dos detalhes (<i>authenticity of construction and details</i>) e materiais (<i>authenticity of materials</i>).	Abordagem conjunta – <i>authenticité / intégrité</i> . Amparo na concepção de projeto de Auguste Perret, além de abordar a questão dos materiais, da aparência e da não “deterioração” do tecido urbano.
Integridade	Abordada apenas na descrição da cidade para o site da UNESCO. A integridade é atribuída ao caráter intacto dos “princípios orientadores originais”.	Não há uma abordagem isolada do termo. Ele é tratado junto com a autenticidade.	Abordagem conjunta – <i>authenticité / intégrité</i> . Amparo na concepção de projeto de Auguste Perret, além de abordar a questão dos materiais, da aparência e da não “deterioração” do tecido urbano.
Proteção	Entendida como algo mais geral, por vezes se confunde com os termos preservação e conservação. Também associada a medidas legais.	<i>Protected</i> – sentido amplo de proteção	<i>Protection</i> – termo “guarda-chuva”, associado a medidas legais.
Conservação	-	<i>Conservation</i> – relação com os	<i>Conservation</i> – estado de

		cuidados específicos para o espaço.	conservação de um bem. Vem junto ao termo <i>préservation</i> .
Preservação	Interpretada no sentido de manter o bem.	<i>Preserved</i> – referência aos edifícios listados como patrimônio. Sentido mais específico.	<i>Préservation</i> – estado de conservação de um bem. Vem junto ao termo <i>conservation</i> .
Reconstrução	-	-	<i>Reconstruction</i> - Termo fundamental. Ideia associada à manutenção das linhas gerais do planejamento urbano anterior à destruição na guerra.
Restauração	Intervenção em apenas algumas obras que, segundo o dossiê, foram restauradas com o objetivo da conservação.	<i>Restoration</i> - retomada a um estado original. O dossiê traz referências à intervenção em algumas edificações.	<i>Restauration</i> - Restituição a um aspecto original.
Renovação	-	<i>Renovation</i> – Adaptação para novos usos, atrelada ao funcionalismo	<i>Ravalement</i> – Associada à adaptação de fachadas. Normalmente ligada ao termo <i>restauration</i> .
Intervenção	-	-	-
Reabilitação	-	<i>Rehabilitation</i> – associada a intervenções tanto para a arquitetura quanto para o urbanismo. Busca valorizar o patrimônio.	<i>Réhabilitation</i> – “melhoramentos” para o conforto, a salubridade e promoção da adaptação dos espaços.
Reestruturação	-	-	<i>Restructuration</i> – aplicada a partes do tecido urbano.

Fonte: Autoras, 2021.

TABELA 2

Quadro resumo da relação entre os termos e as cartas patrimoniais, os documentos e a bibliografia

Termo	Carta patrimonial / documento / bibliografia	Considerações
Autenticidade	Herb Stovel (2004)	Algo genuíno
	Paula Silva (2012)	Credibilidade e veracidade das fontes
	Guia Operacional da UNESCO (2019)	Grau de credibilidade ou de veracidade das fontes.
Integridade	Paula Silva (2012)	Completude de uma obra, algo intacto.
	Guia Operacional da UNESCO (2019)	É preciso examinar no bem o quanto ele: a) inclui os elementos necessários para identificar o seu Valor Universal Excepcional; b) tem dimensão adequada para exprimir as características e processos que transmitem a sua importância; c) padece dos efeitos adversos do desenvolvimento e/ou da negligência.
Proteção	Convenção da UNESCO (1972)	Sentido amplo de cuidado, zelo. Prática da qual se originariam a preservação, a identificação e outros vocábulos.
	Márcia Sant'Anna Convenção da UNESCO (1972)	Associada a medidas legais, "sistema de proteção".
Conservação	Carta de Veneza (1964)	Cuidados com o bem, privilegiando a salvaguarda, e favorecendo a destinação de função útil para a sociedade.
	Carta de Burra (1980)	Cuidados para preservar as características que apresentem uma significância cultural.
Conservation (francês / inglês)	La Charte de Burra (1999a) The Burra Charter (1999b)	Conjunto de processos com a finalidade de manter o valor cultural.
Preservação	Guia Operacional da UNESCO (2019)	Ações efetivas para proteger o bem, por meio de medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras.
	Carta de Burra (1980)	Manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.
Préservation	La Charte de Burra (1999a)	Manter a matéria de um lugar ou de um bem em seu estado atual e frear a degradação.
Preservation	The Burra Charter (1999b)	Manter a matéria de um lugar em seu estado de existência e retardar a deterioração.
Reconstrução	Carta de Veneza (1964)	Refutada, devendo ser utilizada em último caso.
	The Burra Charter (1999b)	Retomar a um estado anterior conhecido. O termo se confunde com restauração.
Restauração	The Burra Charter	Retornar a um estado anterior conhecido. O

	(1999b)	termo se confunde com reconstrução.
	Beatriz Kühl (2008)	Respeitar plenamente qualquer obra em suas estratificações e em seu transcurso ao longo do tempo.
	Carta de Veneza (1964)	Afirma que as contribuições de todas as épocas são válidas.
Renovação	Susan Macdonald (2009)	Adaptação para novos usos.
Intervenção	Dicionário IPHAN (2010)	Alterações do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência do bem edificado tombado ou da sua área de entorno.
Reabilitação	Alain Bourdin (1984)	Significado social, “direito de cidade”, qualidade de vida.
	Marcelo Sotratti (2015)	Sinônimo de revitalização. Estratégia de valorização de áreas degradadas.
Reestruturação	Carta do Restauro (1972)	Consolidar as relações do centro histórico com a estrutura urbana.

Fonte: Autoras, 2021.

Considerações finais

Os desafios enfrentados pela prática de preservação se refletem no campo teórico. Do mesmo modo que esse campo se constrói ainda buscando consensos para a melhor forma de intervir e salvaguardar edificações e o meio urbano, a teoria e os conceitos avançam, no sentido de abraçarem cada vez mais as especificidades de cada lugar e de cada arquitetura. Trazer para o espaço do artigo uma abordagem do que se chamou de unidades lexicais do patrimônio, ainda mais considerando três estudos de casos representantes da arquitetura moderna – Brasília, Tel-Aviv e Le Havre - se tornou tarefa complexa.

Enquanto para outros períodos da arquitetura existem consensos quanto à preservação, tanto em meio prático quanto teórico, para a arquitetura moderna, ainda não se vê unanimidade de opiniões quanto à aplicação das mesmas práticas de outros períodos. Essa afirmação se torna clara ao observar os dossiês analisados no corpo deste artigo, principalmente ao perceber que não apenas a tradução de termos é algo complexo, bem como a análise que pode ser extraída de cada dossiê. Se, por um lado, pode-se contar com o aporte das cartas patrimoniais, de outros escritos e até mesmo de dicionários, por outro lado, essa análise não pode ser isolada. É preciso antes perceber o período em que cada conjunto urbano teve escrito o documento de candidatura e ainda observar dados culturais e informações externas aos dossiês.

Dessa maneira, a possibilidade de leitura desses termos, ou seja, das unidades lexicais do patrimônio, através de uma análise comparativa, avança no sentido de perceber que esses conjuntos urbanos modernos guardam semelhanças e diferenças importantes nos processos de candidatura. Esse olhar conjunto tem a possibilidade de promover melhor integração não apenas entre as três cidades, em termos de gestão, de salvaguarda, de conservação, de restauração, e de outros termos aqui discutidos e outros ainda por discutir, mas, além de tudo, traz possível suporte teórico a outros reconhecimentos de exemplares modernos. Assim, não se buscou criar novos consensos ou questionar os já existentes, mas antes observar o que a candidatura de três conjuntos urbanos modernos pode trazer para ampliar a discussão acerca das teorias e conceitos relacionados à prática preservacionista.

NOTAS

- . Este artigo é parte de um doutorado em andamento junto à linha de pesquisa Patrimônio e Preservação, área de Teoria, História e Crítica do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
2. Os documentos da UNESCO foram selecionados a partir da possibilidade de contribuição para a significação dos termos pretendidos. Quando não foi possível acessar esses significados através desses escritos, alguns autores foram introduzidos na discussão.
3. A *Carta de Burra* teve a primeira versão em 1979, sendo traduzida para o português em 1980. Desde então a carta vem sendo sistematicamente atualizada, com a derradeira versão, de 2013, apenas em inglês. A última tradução para a língua francesa encontrada é do ano de 1999. Segundo o ICOMOS Austrália, essas versões antigas representam apenas documentos de arquivo (AUSTRALIA ICOMOS, 2021). Neste artigo foram utilizadas três versões dessa carta, de acordo com a língua e com a data de submissão dos dossiês de candidatura.
4. Brasília foi inscrita na UNESCO seguindo as diretrizes do guia de 1984, Tel-Aviv, de 1999, e Le Havre, de 2002. Porém, como o guia de 2019 é o mais recente e pode ser encontrado nas três línguas, português, inglês e francês, ele será aqui utilizado.
5. No original: “seeks to encourage the identification, protection and preservation of cultural and natural heritage around the world considered to be of outstanding value to humanity”.
6. No original: “measure of the degree to which the values of a heritage property may be understood to be truthfully, genuinely and credibly, expressed by the attributes carrying the values.”
7. As discussões sobre o conceito de autenticidade avançaram bastante com a Conferência de Nara. Ver ICOMOS, *Conferência de Nara*. Nara: Icomos, 1994.
8. No original: “Reconstruction means returning a place to a known earlier state and is distinguished from restoration by the introduction of new material.”
9. No original: “La reconstruction du Havre tente de concilier l’urbanisme moderne et les traditions séculaires de l’urbanité. La production du nouveau tissu se fait ici en référence

au territoire virtuel qui s'est constitué, quartier après quartier, au cours des quatre siècles qui ont précédé la destruction du centre de la ville en septembre 1944”.

¹⁰. No original: “returning a place to a known earlier state by removing accretions or by reassembling existing elements without the introduction of new material.”

REFERÊNCIAS

AUSTRALIA ICOMOS. *Carta de Burra*. Burra: ICOMOS, 1980. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2021.

AUSTRALIA ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. *Burra Charter Archival Documents*. 2021. Disponível em: <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/burra-charter-archival-documents/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AUSTRALIA ICOMOS. *La Charte de Burra*. Burra: ICOMOS, 1999a. Disponível: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/La-Chartre-de-Burra-Charter-in-French.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter*. Burra: ICOMOS, 1999b. Disponível: http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. ALFA: Revista de Linguística, v. 40, 1996 - Estudos lexicológicos e lexicográficos Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107739>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BOURDIN, A. *Le patrimoine reinventé*. Paris: P.U.F., 1984.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HOUAISS, A; FRANCO, F. M. de M.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva; 2001.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ICOMOS. *Conferência de Nara*. Nara: Icomos, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

IPHAN. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dexembro_de_2010.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

KRIEGER, M. das G., FINATTO, M. J. B. *Introdução a terminologia: teoria & prática*. Edição do Kindle.

KRIEGER, M. das G. O termo: questionamentos e configurações. *TradTerm*, n. 7, p. 111-140, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49146>. Acesso em: 24 nov. 2021.

KÜHL, B. M. *Preservação do patrimônio da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LIRA, F. B. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife, 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco.

MACDONALD, S. *Materiality, monumentality and modernism*. Disponível em: https://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf. Acesso em: 1º mar. 2021.

MATOSO, D. *Documentação e patrimônio edificado recente*. COLÓQUIO SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA. 1. Brasília, 2008.

MIP. *Carta do Restauro*. Roma, 1972.

PRUDON, T. H. M. *Preservation of modern architecture*. New Jersey: John Wiley and Sons Inc., 2008.

SAINT, A. Philosophical principles of modern conservation. In: ENGLISH HERITAGE. *Modern Matters: Principles and Practice in Conserving Recent Architecture*. UK: Donhead, 1996.

SANT'ANNA, M. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz *et alii.* (org.). *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SILVA, P. M. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. Recife, 2012. Tese (doutorado) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco.

SOTRATTI, M. A. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz *et alii.* (org.). *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

STOVEL, H. Authenticity in conservation decision-making: the World Heritage perspective. *Journal of Research in Architecture and Planning, Conservation and Cultural Heritage*, v. 3, 2004.

UNESCO. *Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2021.

UNESCO. *Le Havre, la Ville Reconstituée par Auguste Perret*. Proposition d'Inscription du Centre Reconstitué du Havre sur la Liste du Patrimoine Mondial. 2003. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1181.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial*. Formulário de Proposta e Inscrição. Brasília, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf. Acesso em: 1º mar. 2021.

UNESCO. *Nomination of the White City of Tel-Aviv for the World Heritage List*. 2002. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1096.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

UNESCO. *Operational Guidelines for the World Heritage Committee*. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

UNESCO. *World Heritage*. About World Heritage. 2021. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/about/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Jéssica Gomes da Silva é Graduada, Mestra e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Ana Elisabete de Almeida Medeiros é Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Pós-Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pelo Institut D'Urbanisme de Grenoble da Université Pierre Mendes, na França, e, também, em Ciências Sociais Aplicadas pela University of Oxford, na Inglaterra. Doutorado em Sociologia pela UnB. Mestra em Urbanisme Villes et Societes pela Université Pierre Mendes, na França. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Como citar:

SILVA, Jéssica Gomes da; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Unidades lexicais do patrimônio urbano moderno: uma análise a partir dos dossiês de candidatura de Brasília, Tel-Aviv e Le Havre. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 164-188, jan./jun. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.